

Princípios orientadores da lista candidata

A lista candidata propõe-se a representar os estudantes, tendo em conta os seus problemas e aspirações, sendo um veículo de transmissão de informação e de reivindicação. Os estudantes desta lista candidata pretendem dar uma voz a todos os estudantes e a todas as suas preocupações, assumindo o compromisso de os manter realmente informados sobre o que é proposto ou decidido no Conselho Geral. Assim, estaremos sempre prontos a envolver a comunidade estudantil em todas as discussões que os afectem directa ou indirectamente, de forma aberta e democrática.

Compreendendo que a reduzida representação dos estudantes no órgão máximo de decisão da Universidade é uma implicação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior - e que a própria existência deste órgão o é também -, a nossa participação não é no intuito da validação da existência do órgão, mas sim na intervenção que nele pode ser feita no sentido de contrariar a conivência com todas as decisões do Conselho Geral, por parte dos actuais representantes dos estudantes, assumindo posições em nome de toda a comunidade estudantil sem que nenhum tipo de contas lhe seja prestado. Assumimos o compromisso de uma presença assídua neste órgão, contribuindo para que os estudantes estejam efectivamente nele representados.

Numa posição coerente com o descontentamento e as dificuldades dos estudantes, resultado das medidas que têm vindo a criar injustiças sociais no seio académico, também o Regime Fundacional é e será uma preocupação, assim como o afastamento dos estudantes da discussão e da transformação desta Universidade em Fundação de Direito Privado. As propinas, os cortes na Acção social escolar, o Processo de Bolonha e todas as medidas que visam delegar os custos da educação para as famílias e os próprios estudantes são e serão sempre um combate que travaremos. Cada vez mais estudantes da Universidade do Minho sentem dificuldades em prosseguir os seus estudos na instituição; seja por cortes nas bolsas, por incumprimentos do estatuto para trabalhadores estudantes, pelo aumento do preço da cantina e das residências, pelas questões pedagógicas que o Processo de Bolonha trouxe, a par da divisão dos cursos em ciclos, e tantos outros factores que têm contribuído para uma elitização do ensino e para a degradação da sua qualidade. Batalharemos sempre pelo ensino público, gratuito, democrático e de qualidade e para todos. Defendemos a escola pública, gratuita, democrática e de qualidade para todos, onde exista um adequado financiamento por parte do Estado e uma rede de Acção Social Escolar capaz de responder às carências socioeconómicas dos estudantes, como alternativa à Fundação de Direito Privado.